

Direitos Humanos ganham pacote de leis

Governo apoiará união civil para pessoas do mesmo sexo

HUGO MARQUES

BRASÍLIA O presidente Fernando Henrique Cardoso quer estender para todo o governo as cotas para negros, mulheres e deficientes em cargos do funcionalismo. A equipe do presidente já tem prontos quatro decretos para serem assinados na próxima segunda-feira, aniversário da Lei Áurea. Um deles cria o sistema de ação afirmativa na administração. Hoje, só há cotas para minorias nos ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Justiça.

O decreto das ações afirmativas, no entanto, não especifica imediatamente o número de vagas reservadas. Vai definir apenas a formação de um grupo de trabalho encarregado de criar políticas afirmativas e os respectivos percentuais de cargos para as minorias em cada área do governo. No Ministério da Justiça, portaria de 20 de dezembro passado estabeleceu preenchimento de cargos de direção e assessoramento superior. Até o final do ano, serão destinados 20% de cargos para afrodescendentes, 20% para mulheres e 5% para portadores de deficiências.

No Palácio do Planalto já



Fernando Bizerra BG Press

FH estabeleceu cotas raciais

se definiu que o decreto das ações afirmativas vai englobar todos os ministérios. Até a noite de sexta-feira, contudo, não era certo se a legislação submeteria também as autarquias e estatais à norma. Segundo assessores do governo, a tendência é restringir a abrangência aos ministérios.

O presidente vai assinar outro decreto, colocando em vigor o II Plano Nacional de

Direitos Humanos. Trata-se de um conjunto de diretrizes e metas, que inclui apoio à regulamentação da união civil entre pessoas do mesmo sexo, regulamentação da lei de redesignação de sexo e mudança de registro civil para transexuais. Há diversos outros direitos sociais abordados no novo plano, voltados aos sem-terra, aos índios e aos ciganos. O presidente criará, também por decreto, o Conselho Nacional de Promoção dos Direitos à Alimentação, para suprir a extinção do Prodea, responsável pela distribuição de alimentos à população pobre no governo Itamar Franco. Uma outra medida vai instituir o Conselho Nacional dos Direitos do Idoso.

No pacote de direitos humanos, o presidente vai ainda sancionar lei impedindo que pessoas envolvidas em violência doméstica permaneçam juntas no mesmo lugar até conclusão do processo. A autora do projeto é da deputada Nair Lobo (PMDB-GO). Fernando Henrique vai enviar ao Congresso Nacional projeto de lei instituindo o seguro-desemprego destinado a trabalhadores libertados do trabalho escravo.